

O Programa Minimalista, PRO e Caso

letrônica

Monica Stedile Monawar¹

O presente artigo teve por motivação promover uma breve discussão acerca de um tópico que há muito tempo vem sendo estudado na Sintaxe Gerativa, a categoria PRO e as suas relações sintáticas em termos de controle e de Caso. Apesar de a fase atual da Sintaxe Gerativa ser representada pelo Programa Minimalista, ainda há grande volume de pesquisas realizadas por meio da perspectiva de abordagens anteriores à esta, como a da Teoria da Regência e Ligação. O presente trabalho busca, então, utilizando esta discussão como uma ilustração, demonstrar como aspectos já fossilizados em discussões anteriores à remodelação do programa de investigação chomskyano tomam novas formas e perspectivas de trabalho no Programa Minimalista.

O Programa Minimalista (PM) está inserido na arquitetura da teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) de Chomsky, uma abordagem para problemas clássicos da linguagem que vem tomando forma durante mais de 50 anos (CHOMSKY & LASNIK, 1996, p. 13). O PM é uma tentativa de ligar som ao significado dentro da estrutura sintática (a nível de sentença), desejando eliminar níveis conceituais que se sobrepõem.

Martin (1996, p. 4) afirma que o Programa Minimalista é, “em essência, um programa reducionista”. Parte desse reducionismo é a busca de tornar a teoria o mais explicativa possível com a menor quantidade de recursos disponíveis. O autor afirma que o que ocorre, portanto, são perguntas como “Seria a noção de controle conceitualmente necessária?” ou “Se não, é reduzível?” e ainda, “Se nenhuma das duas, seria então o comando o mecanismo mais simples e mínimo capaz de satisfazer *alguma noção de condições empíricas?*” (grifo do autor). A partir desta ideia de reducionismo, é possível falar brevemente em duas condições de economia que podem ser utilizadas em abordagens relacionadas à sintaxe e ao PM: a

¹ Aluna e Bolsista CNPq do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

economia metodológica (conhecida por princípios como a Navalha de Occam), e a noção de economia substancial.

A primeira, a economia metodológica, compreenderia o conjunto de ideias que prioriza a maior explicação com o menor número de princípios, menos é mais e simples é melhor. A segunda, a economia substancial, generaliza temas que têm sido tópicos de discussão durante muito tempo, onde são favorecidas as “noções de menor esforço como fontes naturais de princípios gramaticais. A ideia é que condições de localidade e filtros de boa formação refletem o fato de que gramáticas são organizadas frugalmente para maximizar recursos.” (HORNSTEIN et al, 2005, p. 8). A partir dessa linha de raciocínio que temos noções como *Shortest Move*, *Greed*, *Full Interpretation*, entre outras. Com a diminuição de recursos explicativos, busca-se também o reforço da noção de que certos aspectos serão universais enquanto que outros permanecerão pertinentes a uma ou a um grupo específico de línguas, havendo distanciamentos naturais entre elas, em relação a suas estruturas frasais e as formas através das quais as suas características são checadas no Programa Minimalista (a checagem de características é a decodificação sintática propriamente dita). Por exemplo, a checagem de características para o genitivo *default* é diferente do português para o inglês, e isso já é considerado uma parametrização.

Outro aspecto que colabora para o estabelecimento de parâmetros é a questão do movimento, presente em P&P há muito tempo, sofreu também modificações na perspectiva do PM. Hornstein et al (2005, p. 7) colocam o movimento como um dos seis grandes fatos a ser estudados na perspectiva gerativista dentro do PM: “Sentenças mostram propriedades de movimento no sentido de que expressões que aparecem em uma posição podem ser interpretadas em outra.”

Na teoria da Regência e Ligação, há movimentos tipicamente descritos como *wh-movements*, ou *NP-fronting*, que obrigatoriamente deixavam traços. No PM, o movimento não é mais livre, só ocorrendo quando extremamente necessário, ou seja, se o movimento for “necessário para produzir um objeto que as interfaces interpretativas possam ler” e, além disso, “a natureza e necessidades especiais dos traços parecem ser metodologicamente estranhas” (HORNSTEIN ET AL, 2005, p. 12).

Finalmente, o movimento pode ser uma ferramenta bastante útil para a diferenciação entre línguas. Também nesta abordagem, alguns recursos utilizados por subteorias ligadas à teoria da Regência e Ligação são eliminados ou revistos, como é o caso do papel da categoria vazia PRO.

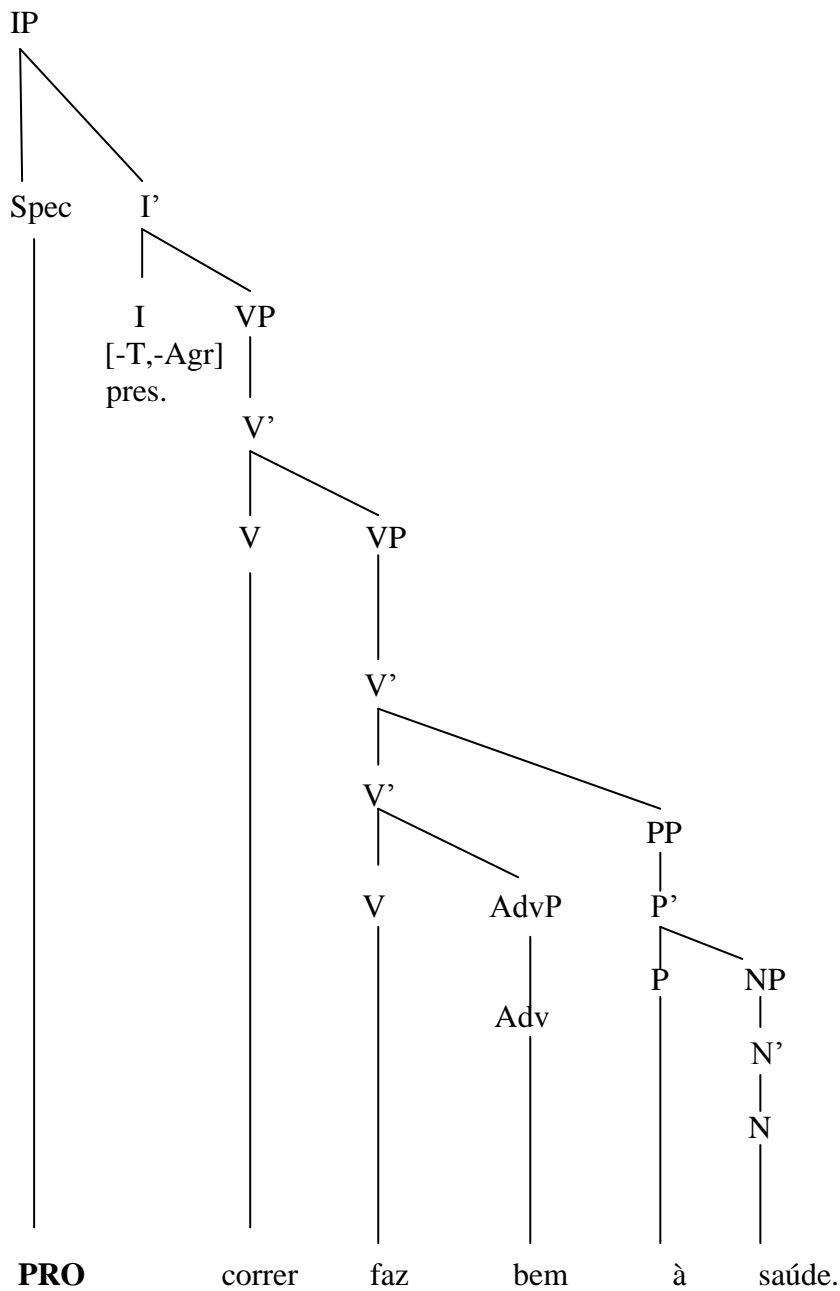
De acordo com o Princípio da Projeção Extendida (EPP, do inglês *Extended Projection Principle*), as posições dos sujeitos nas sentenças devem ser sintaticamente representadas. Também, o critério Θ requer que os argumentos de um predicado sejam sintaticamente representados (HAEGEMAN, 1994, p. 254). A autora exemplifica com o verbo “abandonar” que, em busca de atribuir o papel temático para o argumento externo, não possibilita a inclusão de um expletivo na posição de sujeito, como no caso de “*There abandoned the investigation*”, que não é gramatical pelas razões descritas previamente. Então, o que se faz necessário é o preenchimento desta posição com um elemento que não viole essas condições.

Principalmente em orações infinitivas, como o exemplo utilizado por Haegeman “*To abandon the investigation would be regrettable*”, há a necessidade de distribuímos na estrutura X-barra os elementos que constituem a sentença. O resultado é a posição de [Spec, IP] vazia, violando o Princípio da Projeção Extendida. O que pode então ser discutido é, em orações semelhantes, como “*For Poirot to abandon the investigation would be regrettable.*”, temos *Poirot* ocupando esta mesma posição. Poderia, então, ser substituído por qualquer pronome, o que então leva à conclusão de que o sujeito implícito de uma oração infinitiva é representado por PRO, este não tendo conteúdo fonético, é um NP não-explicitado que é capaz de satisfazer o EPP.

PRO pode ter dois tipos de propriedades distintas: em uma, ele pode assemelhar-se mais a pronomes como “eu”, “tu”, “eles”, um pronome indefinido, como “alguém”, ou até mesmo uma Expressão-R, como “João”, etc.²

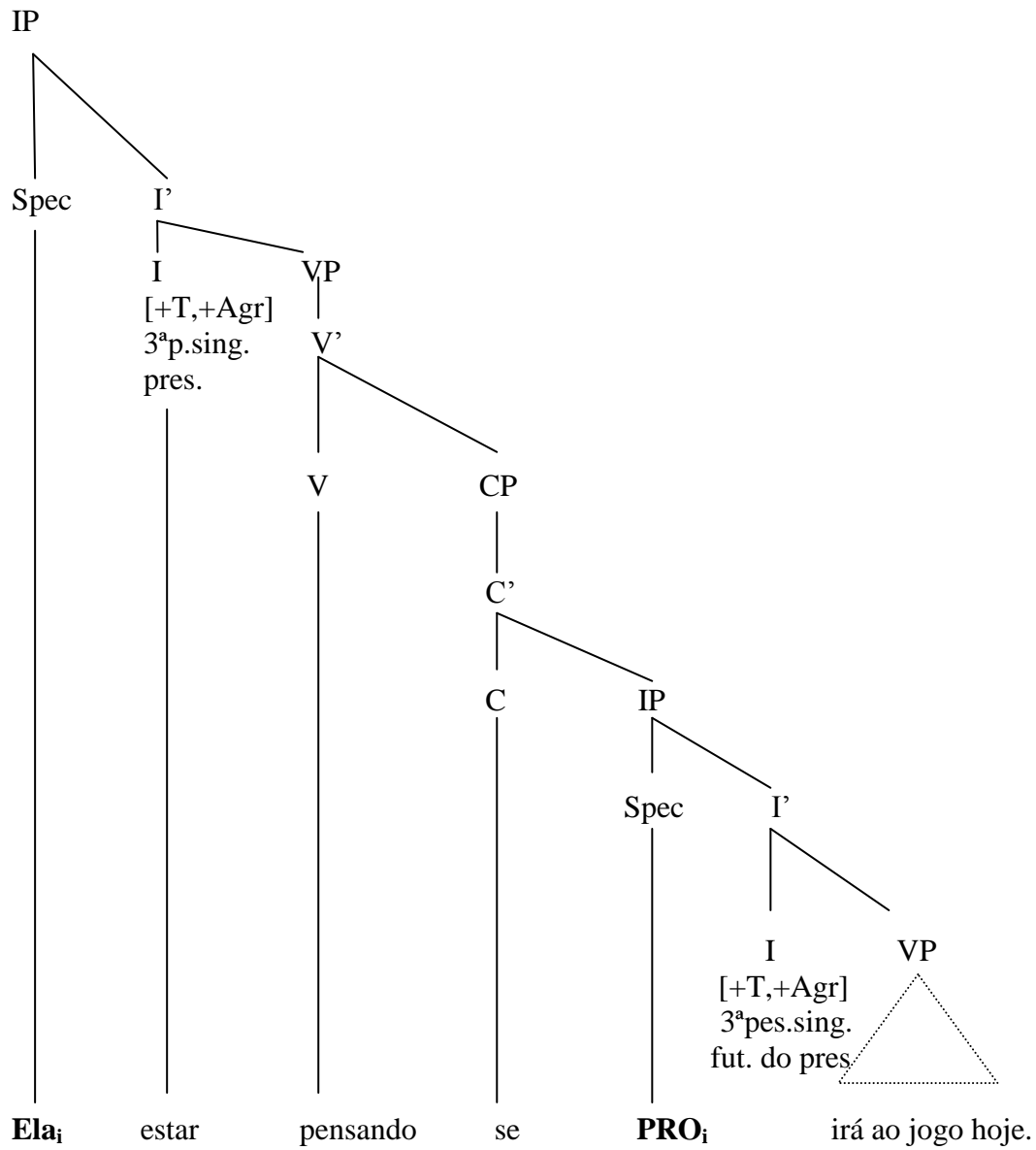
² Utilizaremos aqui por vezes o diagrama arbóreo para auxiliar o leitor na visualização da representação parentetizada.

(1) [PRO] Correr faz bem à saúde.

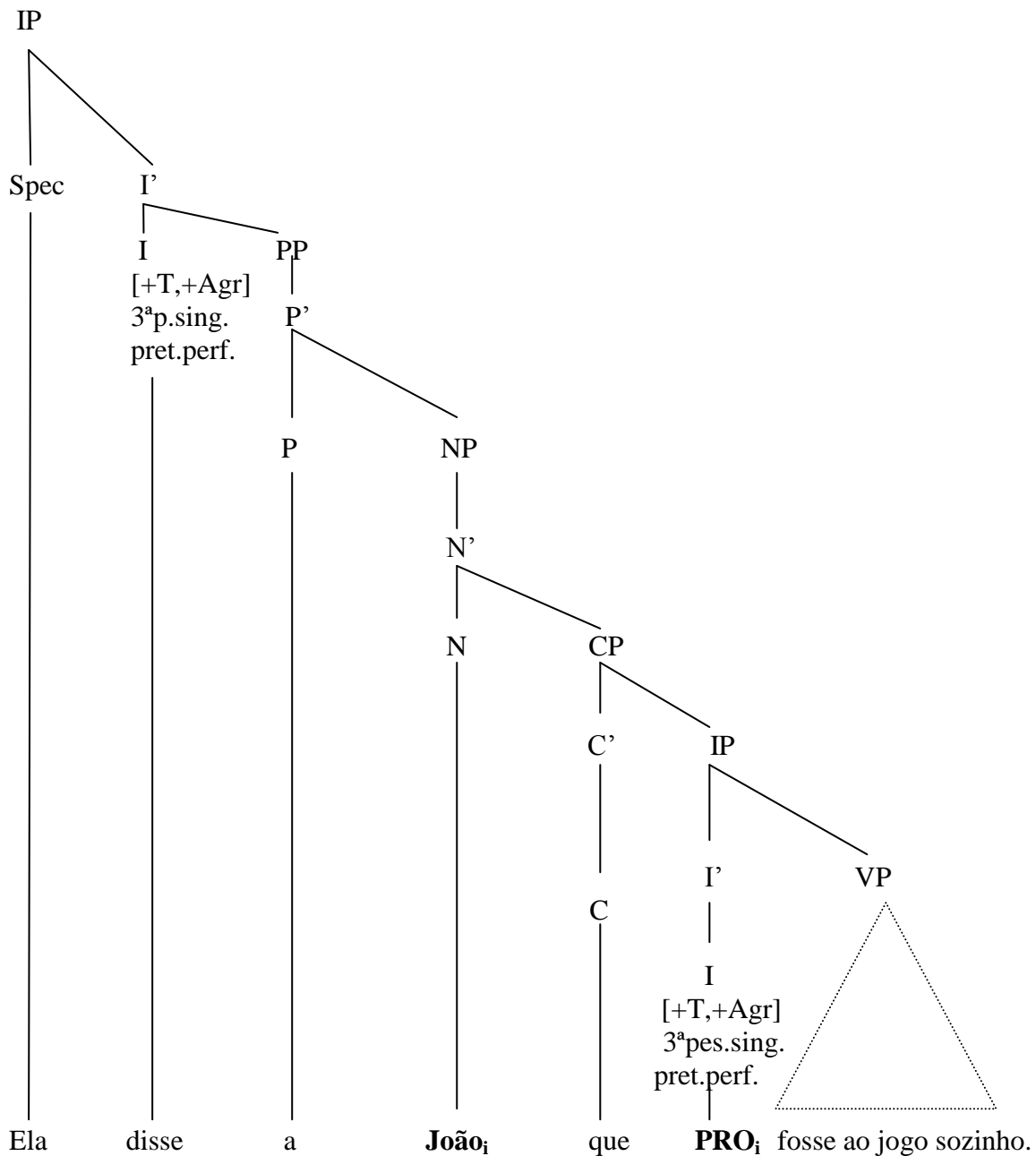


O segundo tipo de propriedades são de característica anafórica. Neste caso, PRO remete a um outro NP que é essencial para a sua interpretação. A conclusão que é atingida é, portanto, de que PRO é um NP com características pronominais e anafóricas, o que pode ser representado na matriz [+ Anafórico, + Pronominal]. PRO é controlado quando está em ligação anafórica, e o NP ao qual se liga o controla.

(2) Ela_i está pensando [_{CP} se [_{IP} PRO_i irá ao jogo hoje.]] (Controle via NP sujeito da oração principal)



(3) Ela disse a João_i [CP [IP que PRO_i fosse sozinho ao jogo]]. (Controle via objeto)



Em termos de controle, fica claro através dos exemplos dados que em (1) PRO não possui um referente que o controla e, portanto, difere-se do PRO em (2), que é controlado.

O antecedente, portanto, o controlador, é realizado foneticamente ou não, e o elemento controlado tem suas propriedades definidas pelo seu controlador (BRESNAN, 1982: 372 In: HAEGEMAN, 1994, p. 263). O antecedente não deve ser apenas ligado anaforicamente ao segundo elemento, mas deve regê-lo e controlar também as suas características, o que torna

uma sentença como “[_{DP} Os amigos de Mary] estão orgulhosos dela mesma”.(Martin, 1996, p. 5) agramatical. Apesar de termos “Mary” na sentença, o comando anafórico não é realizado por este constituinte, que se encontra por vez comandado dentro do DP “Os amigos de Mary”.

Esta noção de regência acabou sendo analisada em detalhes no PM com o intuito de tentar eliminá-la mas, mesmo com algumas reduções na Teoria do Caso, a noção de regência continua sendo importante para “dar conta da explicação da distribuição (e, em algumas teorias, da interpretação) da categoria vazia PRO.” (MARTIN, 1996, p. 13)

Outro conjunto de características que é de importante discussão em relação ao PRO são as características nominais. De acordo com Haegeman (1994, p. 264), se seguirmos o raciocínio de que PRO é um NP não-explicitado, ele teria características categoriais [+N, -V] também pertencentes aos NPs que, por exemplo, têm a possibilidade de ter concordância a nível de pessoa, número, e gênero. A autora então segue exemplificando que em algumas línguas essas características de concordância são refletivas explicitamente na sentença, enquanto em outras elas permanecem em um nível mais abstrato. Ela utiliza exemplos do italiano como “*La ragazza è contenta*”, demonstrando que há a concordância nominal em termos de pessoa, gênero e número. Em português brasileiro, poderíamos dizer o mesmo, já que a sentença acima do italiano poderia ser traduzida em “A menina está contente”, havendo concordância do artigo definido em termos de número e gênero, mas neste caso diferenciando-se do italiano já que “contente” não possui concordância para gênero como outros adjetivos, tais como *esperta*, entre outros. O português brasileiro possui então casos onde a concordância não se estenderá ao adjetivo nesse tipo de sentença. No inglês, continua a autora, “artigos e adjetivos não variam morfológicamente em se tratando de características de número e gênero” (HAEGEMAN, 1994, p. 265) não descartando, contudo, que há concordância. Esta se torna evidente em algumas sentenças onde há componentes anafóricos como os pronomes reflexivos “*himself*”, “*herself*”, etc. Por exemplo:

(4) *Michael always cuts himself when he cooks.*

Temos aqui evidenciada a concordância em termos de gênero e número no pronome reflexivo anafórico *himself* em relação ao seu antecedente *Michael (he)*. O antecedente neste caso controlará as características do pronome anafórico, o que tornaria a substituição de *himself* por *herself* agramatical neste exemplo. O mesmo ocorre nas sentenças em inglês do tipo: “*He did everything on his own.*”, onde o antecedente também seleciona o pronome em sua ligação anafórica local, havendo concordância de gênero, número e pessoa. Em português brasileiro, diríamos “Ele fez tudo sozinho/ele mesmo” onde ainda dá a ligação anafórica ao antecedente “ele” e a concordância em número, pessoa e gênero.

Como já foi mencionado, em sentenças onde a posição de sujeito é ocupada por PRO e este é controlado, ele assume as características designadas por seu controlador. Como exemplo disso podemos ter em português brasileiro “Ela queria divertir-se muito na festa.” e no inglês “*She wanted to enjoy herself at the party.*”, onde o clítico “se” e o pronome reflexivo “herself” têm características determinadas por seus antecedentes. Martin (1996, p. 130-131) argumenta que PRO é um clítico “anafórico”, mas diferente do reflexivo em inglês do tipo *self*. Sua proposta é de que “PRO é um clítico especial como o encontrado em várias línguas românicas”, tendo propriedades interpretativas que apontam para a sua semelhança com o “reflexivo/impessoal SE [...] interpretado como estritamente anafórico, indefinido, ou como expressando o ponto de vista do falante (ou do sujeito encaixado), dependendo de questões contextuais bem como sintáticas.” Ele continua afirmando que “se” possui características fracas, e junta-se a T explicitamente para satisfazer alguma propriedade, e acaba no mesmo lugar de checagem de PRO, o de Spec de TP. Há ainda discussões sobre este assunto, que foi retomado no artigo de Martin intitulado “*Null Case and the Distribution of PRO*” de 2001.

Em outra nota, onde, no entanto, o PRO não é controlado por um antecedente, temos sentenças como no inglês “*It’s not always easy [CP[IP PRO to do everything oneself/yourself]]*.” onde há possibilidade de concordância em termos de terceira ou segunda pessoa. Haegeman (1994, p. 267) afirma que este ponto tem variação entre as línguas, podendo então compararmos o inglês exemplificado acima com o italiano, no exemplo (20) da autora: “*È difficile [CP [IP PRO parlare di se stessi]]*.” Neste caso, o PRO arbitrário (não-controlado) tem características diferentes daquela do inglês, neste caso ele tem concordância em número (está no plural) e gênero (está no masculino), características apresentadas pelo reflexivo “*se stessi*”. Em português brasileiro, diríamos algo parecido com o italiano, “É difícil falar de si mesmo”, com concordância no masculino e singular. Essas diferenças entre línguas merecem atenção, já que podem ser indícios de como uma categoria como PRO não deve ser descartada em uma tentativa de tornar o programa de investigação mais enxuto e, ao mesmo tempo, deixar de explicar muitas outras diferenças que ainda restam ser exploradas, desvendando ainda qual o papel desta categoria para o entendimento das estruturas das quais ela faz parte.

PRO e Caso

Como foi discutido previamente, PRO possui características [+ Anafórico, + Pronominal], o que por vez o tornaria sujeito aos dois princípios da Teoria da Ligação (MARTIN, 2001, p. 142; RAPOSO, 1998, p. 464):

- a. Uma anáfora deve ser ligada (necessita de um antecedente que a c-comande).
- b. Um pronome deve ser livre na sua categoria regente.

Portanto, se PRO possui ambas características, ele não deveria ter uma categoria que o regesse, sendo a única forma de conseguir isso é não ser regido. A partir disso temos, então, o Teorema de PRO: PRO não é regido. Este teorema pressupõe que PRO não recebe caso. Esta questão do Teorema de PRO tem sido revista várias vezes, buscando refinar e reduzir a quantidade de explicações *ad-hoc* feitas através dos anos.

Segundo Martin (1996, p. 30):

Chomsky (1995) estipula que T, finito [+Agreement] e infinitivo [-Agreement], tem uma característica de EPP, distinta do Caso³, que deve ser checada contra uma característica categorial D, em efeito concluindo que o EPP não é derivável da Teoria do Caso.

O autor ainda afirma que Chomsky e Lasnik (1996) concluem que PRO se movimenta para a posição de Spec de TP explicitamente, e outros argumentos o fazem apenas na Forma Lógica. PRO conseguiria, então, fazer a checagem para a característica de Caso, o que o torna diferente de sua concepção original na Teoria da Regência e Ligação, onde não recebia nenhum tipo de Caso.

Seguindo a explicação de Martin (1996, p. 46) sobre os avanços de Chomsky e Lasnik (1996) acerca das características de PRO, ele afirma que uma das questões que impulsionou os dois últimos autores a afirmarem que PRO recebe Caso é que ele é tipicamente o sujeito de orações infinitivas, enquanto que sintagmas determinantes (DPs do inglês *determiner phrase*) lexicais como o da sentença a seguir não o podem ser, o que torna a sentença agramatical: “Romário tentou [Bebeto marcar o gol da vitória].” O que é afirmado por Chomsky e Lasnik (1996, In: MARTIN, 1996, p. 46) é que o que licencia este tipo de sentença é a checagem de T com Caso Nulo, diferentemente dos outros tipos de caso estruturais. PRO, portanto, sendo considerado pelos três autores como mais fraco ou mínimo, é o único DP que é compatível com Caso nulo. Isto é listado da seguinte forma (MARTIN, 1996, p. 46 (56)):

- a. T infinitivo checa Caso nulo.

³ O Caso é tipicamente licenciado em termos de relações centrais da estrutura frasal: o caso nominativo é licenciado no especificador de tempo finito e o caso acusativo é licenciado na posição de complemento de verbos transitivos.

b. Somente PRO tem Caso nulo.

PRO também seria incompatível com os outros tipos de caso, podendo receber somente o Caso nulo. Há, no entanto, constantes discussões sobre as consequências que as afirmações acima têm para as análises de orações infinitivas, e distribuição de Caso ou até mesmo sobre a provável eliminação do Teorema de PRO. Referimos o leitor a Martin (1996) para uma discussão extensa destes tópicos.

Finalmente, o Programa Minimalista, apesar de ser considerado bastante reduzido (ou até reducionista) em comparação à anterior teoria da Regência e Ligação, ainda propõe aspectos mais interessantes e teoricamente relevantes à investigação proposta por Chomsky da Faculdade da Linguagem desde os anos 50.

Referências

CHOMSKY, NOAM; LASNIK, Howard. *The theory of Principles and Parameters*. In: *Syntax: An international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. 2.ed. Massachusetts: MIT, 1996.

HAEGEMAN, Liliane. *Introduction to government & binding theory*. 2.ed. Oxford: Blackwell, 1994.

HORNSTEIN, Norbert et al. *Understanding minimalism*. Cambridge: Cambridge, 2005.

LASNIK, Howard; URIAGEREKA, Juan. *A course in minimalist syntax*. Massachusetts: Blackwell, 2005.

MARTIN, Roger Andrew. *A minimalist theory of PRO and control*. 1996. 247 f. Tese de Doutorado - University of Connecticut, 1996. (UMI number 9711620)

_____. *Null Case and the Distribution of PRO*. *Linguistic Inquiry*. Massachusetts: MIT Press, 2001. Vol. 32, No. 1 pp. 141-166.

RAPOSO, Eduardo P. *Da teoria de Princípios e Parâmetros ao Programa Minimalista: algumas ideias-chave*. (cópia xerográfica de maio de 1998)

Recebido em: 03/11/2010

Aceito em: 24/06/2011

Contato: monica.monawar@acad.pucrs.br